

EDITORIAL

O número 14º da Revista Direitos, Trabalho e Política Social apresenta aos leitores e leitoras reflexões críticas sobre a realidade social brasileira e as lutas pela emancipação social. Inegavelmente, a emancipação social de todas as formas de opressão e de exploração continua sendo um processo urgente em virtude das reemergências de novas formas de colonização; do empobrecimento e endividamento das populações mundiais; da fragilização na garantia de direitos sociais e políticos do Estado de Bem-Estar Social; do reaparecimento de autoritarismos políticos; da recrudescência de condições de vulnerabilidade socioambiental e sanitária; do machismo e patriarcalismo que atuam como forças para a produção social de diferentes graus de escravização, exploração e degradação da vida.

Diante da existência das formas contemporâneas de escravização, violações de direitos e da integridade de grupos sociais que deixam patentes a patologia social do nosso tempo ao bloquear a realização mais satisfatória dos potenciais humanos, emergem resistências, lutas sociais e iniciativas de enfrentamento das estruturas sociais opressoras que merecem ser visibilizadas, aprofundadas e fortalecidas.

No caso das experiências pela superação do trabalho escravo, destaca-se que já ultrapassam 13 anos de existência de práticas interinstitucional no estado de Mato Grosso – nomeadas de Projeto Ação Integrada (PAI) – cuja finalidade última é dar suporte à emancipação social de pessoas resgatadas da escravização.

Ao longo dessa história, as instituições parceiras, a saber, o Ministério do Trabalho, através da Superintendência Regional

do Trabalho em Mato Grosso (SRTb/MT), o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região (MPT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), têm trabalhado com ações intersetoriais de formação e qualificação de trabalhadores(as) egressos(as) e vulneráveis ao trabalho escravo.

Os agentes sociais envolvidos – professores universitários, procuradores do trabalho, auditores fiscais do trabalho, técnicos etc. – se orientam na busca de respostas concretas a problemas de raízes profundas da realidade social mato-grossense e brasileira, considerando o papel fundamental da ciência e da Universidade nesse sentido.

Por isso, no final do ano de 2021, a equipe do PAI fez uma tentativa de reunir trabalhos acadêmicos para esta 14ª edição que tratassem de experiências e facetas da emancipação social de trabalhadoras, comunidades tradicionais, populações indígenas tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, periféricas etc. Isso porque mais esforços precisam ser feitos para ampliar e sistematizar saberes e práticas de libertação, apoio, suporte às populações resgatadas de condições análogas à trabalho escravo, tráfico humano, servidão por dívidas, trabalho forçado, exploração no comércio sexual e condições de trabalho em contextos de risco sanitário e ambientais críticos e conflitos socioecológicos distributivos.

Parece claro que análises científicas sobre os limites e as potências da quebra dos laços sociais, econômicos e subjetivos da escravização, exploração e subalternização de trabalhadores e trabalhadoras, populações camponesas, agricultores familiares, acampados, assentados são demandas atuais e prementes para a academia e para a sociedade.

Os diferentes artigos dessa edição apresentam contribuições

nessa direção a partir de análises sociais sobre questões relativas à terra, ao gênero, à raça, às ações institucionais e aos movimentos sindicais, entre outros. Alguns artigos trazem análises sobre o aparato legal e normativo no que tange a direitos já conquistados, mas também chamam a atenção para os mecanismos que cerceiam esses direitos, destacam ainda questões que incorrem sobre o aumento da vulnerabilidade social intensificada pela pandemia, além dos ensaios que abarcam iniciativas para superar o problema do trabalho escravo contemporâneo.

No artigo “Ativismo de mulheres negras em Cuiabá-MT: Trabalho, solidariedade e estratégias em tempos de COVID-19”, de autoria de Simone Aparecida Ribeiro Lima e Cassia Maria Carraco Palos, as autoras buscam refletir sobre as relações sociais e o cotidiano das mulheres negras pertencentes a Movimentos de Mulheres Negras de Cuiabá-MT (MMNC). Ao lançarem tal proposta, constroem argumentos que possibilitam uma melhor compreensão das significações sobre racismo e trabalho, além de pautarem algumas das estratégias desenvolvidas para superar as violências e as desigualdades sofridas, em especial durante pandemia da COVID-19.

Maria Hemília Fonseca e Catharina Lopes Scodro apresentam, dentro do cenário pandêmico, a repercussão que o trabalho infantil tem provocado em âmbito internacional. Em “Inspeção do trabalho, trabalho infantil e pandemia de COVID-19: da ordem internacional à realidade local”, as autoras enfatizam sobre a relevância da inspeção do trabalho no combate ao trabalho infantil e chamam a atenção para os riscos de intensificação da exploração do trabalho infantil durante a pandemia de COVID-19, destacam, ainda, as ações relacionadas à fiscalização do trabalho no combate ao

trabalho infantil no Brasil em 2020.

Já a pesquisa de José Francisco da Silva Neto e Vanessa Siqueira Melo, intitulada “Enfrentamento da COVID-19: Apontamentos para uma política de renda garantida no Brasil”, destaca que a precarização do trabalho e o aumento da informalidade laboral, agravados pela pandemia, escancararam as contradições do modelo neoliberal ao recolocar o Estado no papel de protagonista nos setores econômico e social. A proposta dos autores visa lançar luz sobre a aparente contradição entre crescimento econômico e proteção social e reitera discussões acaloradas a fim de vislumbrar caminhos possíveis para um futuro socialmente mais justo e igualitário, por meio da implementação de uma política de renda garantida.

Nesta mesma perspectiva, o artigo “Vulnerabilidades e COVID-19: o cenário da pandemia nas favelas brasileiras”, de autoria de Mario Ribeiro Alves e Marina Atanaka, aponta que as desigualdades sociais vão além da discussão sobre renda, não podendo ser ignorada a necessidade de superação da assimetria de acesso a bens e serviços. A reflexão faz alerta que as favelas são locais reconhecidamente marcadas por uma maior vulnerabilidade social e grande desigualdade em saúde e segregação socioespacial, bem como que essas mazelas se intensificaram com a pandemia, gerando um risco maior de contaminação e acometimento pelo SARS-CoV-2 e afetando de maneira distinta e desproporcional indivíduos e coletividades de estratos mais e menos privilegiados que moram nestes conglomerados urbanos.

Na mesma linha de raciocínio, ainda evidenciando-se as desigualdades sociais, agora com enfoque no estado mato-grossense, Cristiane Arielly Crispim Martins apresenta o artigo “A ‘fila dos osinhos’ na capital do agronegócio brasileiro: o retrato da fome que

“cresce num contexto de produção de riqueza abundante”. Neste trabalho a autora apresenta a cruel contradição no Brasil: a fome crescente diante de um contexto de produção de riqueza abundante. A transformação de tudo em mercadoria para atender aos interesses neoliberais e de grandes latifúndios.

Geruza Silva de Oliveira Vieira e Karla Fabiana Gomes da Silva abordam, em sua pesquisa intitulada “Por que não, João da Penha?”, aspectos inerentes à temática de gênero e masculinidade, os quais retratam a história de opressão e de exploração do sexo feminino. No estudo são apresentadas questões sobre o machismo e o patriarcado que podem explicar as disparidades de gênero no que tange à criminalidade em relação à mulher e aos riscos em se aludir a uma equiparação legal.

No artigo “A seletividade penal brasileira a partir da análise da minissérie Olhos que Condenam”, os autores Victória Fantinel, Luiza Rosso Mota e Juciani Severo Côrrea chamam a atenção para a violação de garantias fundamentais de cada indivíduo, motivada por agências de criminalização que consideram que há “inimigos da sociedade” e que estes devem ser combatidos pelo Estado, gerando, assim, um contexto de seletividade também em âmbito penal. Tomando por base a minissérie “Olhos que condenam”, propõem uma comparação da obra cinematográfica com a realidade do sistema penal brasileiro e concluindo que a obra filmica apresenta elementos de seletividade que fazem alusão ao contexto penal brasileiro, o que, na visão dos autores, pode contribuir para expansão da criminalidade.

Ainda no tocante ao desmonte legal de direitos humanos, Everson Rodrigo Tatto e Liliane Capilé Charbel Novais, no artigo “Reformas no Brasil a partir de 2017 e as afrontas aos direitos huma-

nos – notas sobre a reforma do ensino médio”, analisam as reformas implantadas a partir de 2017 no território brasileiro. Essas diretrizes afrontam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que tolhem dos menos favorecidos socialmente partes dos serviços públicos e da seguridade social. Dentre os serviços ultrajados pelo Governo, a população brasileira vivencia retrocessos como os da Reforma do Ensino Médio, que já está vigorando na rede pública de ensino e que demonstra a precarização das políticas públicas de ensino.

Em uma reflexão histórica e crítica sobre a trajetória dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, Raquel de Brito Souza, em “A trajetória histórica dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil”, discute a articulação do serviço social tradicional em função da construção de um Projeto Ético-Político do Serviço Social que prima pela organização sindical dos assistentes sociais e estabelece as lutas de classe.

Outro conjunto de artigos trata mais diretamente de diferentes nuances das relações de escravização.

No artigo “A reforma agrária: um caminho para a terra de trabalho”, Bianca Vasquez Pistorio e Brian Garvey destacam uma das questões mais sensíveis à temática do trabalho escravo: o direito à terra. Na proposta, os autores defendem que a reforma agrária é central no processo de emancipação de trabalhadores rurais e na redução das múltiplas vulnerabilidades de grupos subalternizados. Nessa perspectiva, à luz do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Conquista II, localizado no município de Novo Mundo, em Mato Grosso, o artigo chama a atenção para a relação homem x natureza e coloca em xeque o sistema capitalista, na medida em que este fomenta uma relação desarmônica. A possibilidade de acesso

à terra por aqueles trabalhadores rurais que já experimentaram, ou estão em vulnerabilidade à escravidão, mostra-se uma oportunidade de recomeço e de sustento digno para essas pessoas.

Vanessa Rocha Ferreira e Laís de Castro Soeiro enfocam o direcionamento jurídico brasileiro no processo de erradicação do trabalho análogo ao de escravo no Brasil. Na reflexão intitulada “Avanços e retrocessos à erradicação do trabalho escravo no Brasil: uma análise a partir da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso Fazenda Brasil Verde x Brasil”, ao proporem verificar os obstáculos no cumprimento da sentença, as autoras avaliam os avanços e os retrocessos no ordenamento jurídico brasileiro, direcionado a questões correlatas ao trabalho escravo no Brasil, visando a efetiva proteção dos Direitos Humanos no nosso ordenamento jurídico.

No artigo “Projeto Vida Pós-Resgate e a emancipação social de vítimas de escravidão no Brasil”, Lys Sobral Cardoso apresenta uma possibilidade direcionada aos resgatados da exploração laboral. Analisando o Projeto Vida Pós-Resgate, a autora demonstra que o acesso à terra, a estruturação e o apoio a empreendimentos coletivos solidários são medidas imprescindíveis no processo de atendimento às vítimas de formas contemporâneas de escravidão, minimizando as chances de migração dos trabalhadores para outros estados em busca de melhores condições de vida.

Ainda no tema da escravidão, essa edição conta com uma resenha crítica de Thomaz Ademar Nascimento Ribeiro sobre o livro “Novos Caminhos para Erradicar o Trabalho Escravo Contemporâneo”, organizado pelo Projeto Ação Integrada, como fruto de um seminário comemorativo dos 10 anos do projeto.

Destaca-se, também, a entrevista com a Dra. Ivanete Bos-

chetti, realizada pelas Editoras Chefes desse periódico, professora Dr.^a Marluce Souza e Silva e pela Ms. Patrícia Rosalina da Silva, que trata também de importantes problemáticas da conjuntura atual.

Dessa forma, ficamos satisfeitos em apresentar uma singela contribuição à comunidade acadêmica, chamando a atenção para a relevância das lutas pelas libertações de vínculos opressores, contra laços sociais escravizadores e pela superação de necessidades corporais (fome), discriminações de gênero, dominações de raça e explorações de classe.

Por fim destacamos que, no cenário de devastação sanitária e econômica intensificado pela pandemia da COVID-19, ainda há muito a ser feito. A nota esperançosa é que se, por um lado, ficaram patentes as nossas desigualdades sociais, raciais, regionais, de gênero etc.; por outro, seguem aflorando redes de apoio mútuo, solidariedade, ações coletivas e formas de auto-organização popular para atender às demandas de grupos mais vulneráveis, contestar o poder das elites econômicas e políticas, o *status quo*. Essa redescoberta do “comum” fortalece possibilidades de superação de todas as formas de opressão social e abre novos caminhos na direção de uma vida social mais igualitária e digna para todas as pessoas.

Esperamos que academia e as universidades brasileiras também resistam e ampliem seu compromisso com a erradicação de todas as formas de escravização.

Boa leitura!

Profa. Dra. Carla Reita Faria Leal
Profa. Dra. Kelly Pelizzari
Prof. Dr. Luis Henrique da Costa Leão